

# **RELATÓRIO SÍNTESE E PEÇAS GRÁFICAS DO PROGRAMA DE REORDENAMENTO E GESTÃO DA PAISAGEM DAS SERRAS DA LOUSÃ E AÇOR PRGP-SLA**

**(N.º 1 DO Art.º 41º DO REGIME JURÍDICO DOS IGT)**

**VERSÃO PARA DISCUSSÃO PÚBLICA**

**5.05.2025**

## **RELATÓRIO SÍNTESE E PEÇAS GRÁFICAS DO PROGRAMA DE REORDENAMENTO E GESTÃO DA PAISAGEM DAS SERRAS DA LOUSÃ E DO AÇOR**

### **1 – Enquadramento**

O Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem das Serras da Lousã e Açor (PRGPSLA) abrange uma área de 54.839 hectares inserida em dez freguesias dos municípios de Arganil (Benfeita, União das freguesias de Cepos e Teixeira e União das freguesias de Cerdeira e Moura da Serra), Castanheira de Pera (União das freguesias de Castanheira de Pera e Coentral), Figueiró dos Vinhos (Campelo), Góis (Alvares e União das freguesias de Cadafaz e Colmeal), Pampilhosa da Serra (Pessegueiro e Fajão-Vidual) e Pedrógão Grande (Pedrógão Grande).

A área de intervenção do PRGPSLA é abrangida por duas Zonas Especiais de Conservação (ZEC) da Rede Natura 2000, nomeadamente Serra da Lousã (PTCON0060) e complexo do Açor (PTCON0051) (Figura 1). A ZEC do complexo do Açor (PTCON0051) é constituída por quatro áreas distintas, mas apenas estão presentes na área do PRGP, a Mata da Margaraça, o Penedo do Fajão na sua totalidade e parcialmente o Picoto de Cebola. Nas Matas da Margaraça sobre encostas xistosas e do Fajão sobre afloramentos quartzíticos de valor geomorfológico e cénico, destacam-se as comunidades vegetais, bosques caducifólios de carácter reliquial, com elevado valor botânico e fitogeográfico.



## RELATÓRIO SÍNTESE E PEÇAS GRÁFICAS DO PROGRAMA DE REORDENAMENTO E GESTÃO DA PAISAGEM DAS SERRAS DA LOUSÃ E DO AÇOR

### 3 – Desenho da paisagem

O PRGPSLA está inserido na unidade homogénea “Serras da Lousã e do Açor” nos termos do anexo I da RCM n.º 49/2020, de 24 de junho, na sua redação atual.

As Serras da Lousã e do Açor surgem no centro do país como um enorme relevo xistoso que constitui o prolongamento ocidental da cordilheira central Ibérica, nomeadamente da Serra da Estrela, a altitudes mais baixas (1342 m em S. Pedro do Açor e 1202 m na Lousã).

O desenho da paisagem (Figura 2) organiza o território em **três componentes principais**: as **macroestruturas da paisagem**, os **macrossistemas** e os **elementos singulares da paisagem**, identificando as Unidades de Gestão da paisagem.

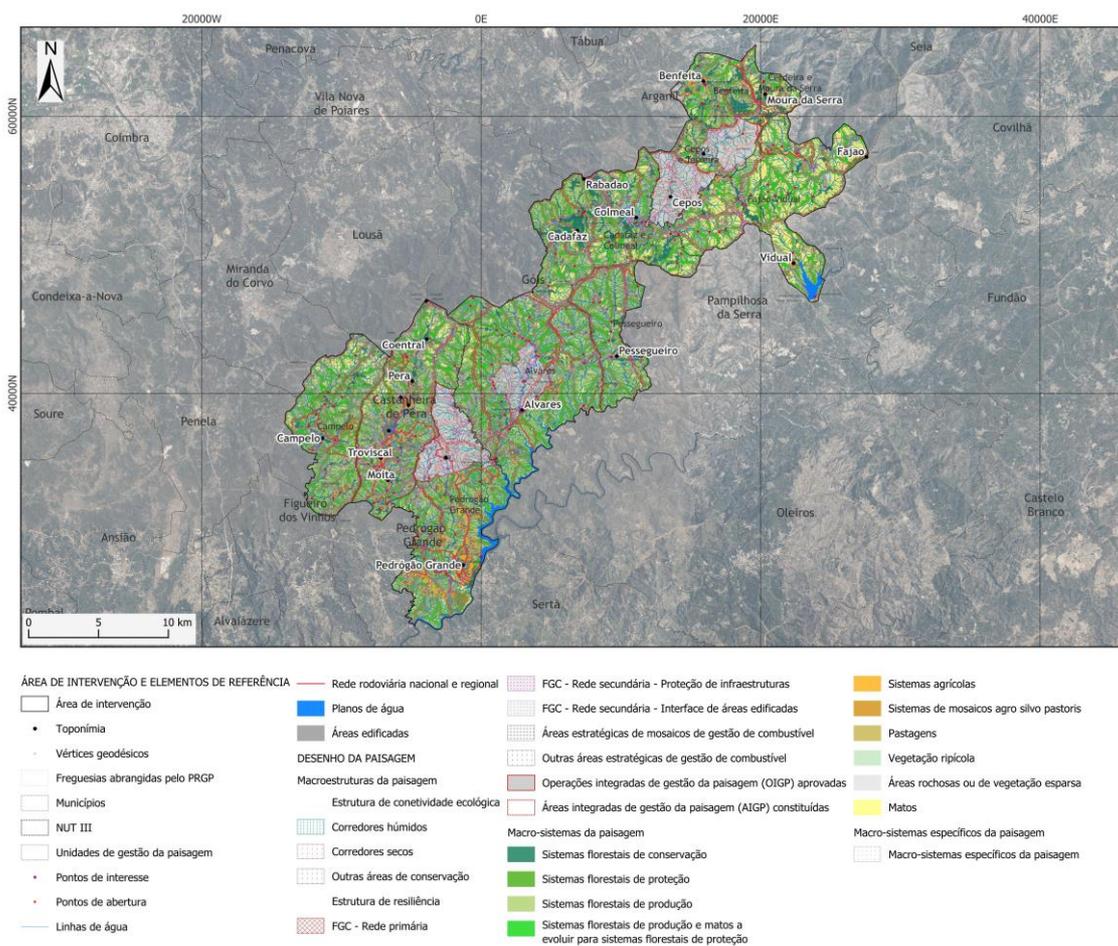


Figura 2. Desenho da Paisagem

## RELATÓRIO SÍNTESE E PEÇAS GRÁFICAS DO PROGRAMA DE REORDENAMENTO E GESTÃO DA PAISAGEM DAS SERRAS DA LOUSÃ E DO AÇOR

As **macroestruturas da paisagem** englobam os elementos de carácter estruturador que definem os pilares fundamentais da abordagem territorial ao Desenho da Paisagem:

a) **Estrutura de conectividade ecológica**, que assegura o funcionamento ecológico da paisagem, bem como a conservação dos recursos naturais (água, solo e biodiversidade). Inclui os **corredores húmidos** correspondentes às linhas de água e margens associadas às dinâmicas próprias de rios e ribeiras, de carácter permanente ou temporário.

Incluem-se também os **corredores secos**, constituídos pelas áreas delimitadas em torno das linhas de fecho, **correspondentes às áreas convexas**, que conduzem ao escoamento da água e do ar frio. Este sistema inclui as áreas de proteção às cabeceiras de linha de água.

b) **Estrutura de resiliência aos fogos rurais** incluindo-se nesta estrutura as faixas de gestão de combustível da rede primária, definidas no PRA Centro que foi publicado no Diário da República através do Aviso 24772/2023, datado de 20 de dezembro de 2023 e as faixas de gestão de combustível da rede secundária, integrando esta as interfaces das áreas edificadas e a faixas de proteção à rede viária e a outras infraestruturas. Contempla ainda as áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível definidas nas propostas dos respetivos Programas Subregionais de Ação e ainda as estabelecidos no âmbito das Operações Integradas de Gestão da Paisagem (OIGP) aprovadas. Estão integradas na Estrutura de Resiliência as estruturas com a mesma natureza aprovadas em sede de OIGP.

**Os macrossistemas da paisagem** são formados por um conjunto de sistemas complexos inter-relacionados que abrangem vários tipos de usos e ocupações do solo, sendo os mesmos estruturados a partir dos vários sistemas, designadamente:

**Sistemas florestais**, que compreendem os Sistemas Florestais de **Conservação**, os Sistemas Florestais de **Proteção**, os Sistemas Florestais de **Produção** e os Sistemas Florestais **de Produção a evoluir para Sistemas florestais de proteção**.

- Os **Sistemas Florestais de Conservação**, correspondem a cerca de 7% e englobam a vegetação existente com interesse para conservação, constituída por espécies autóctones, espécies constantes da lista dos habitats da Rede Natura 2000 e Floresta de fruto (sobreiro, nogueira, castanheiro, oliveira, pomares de fruto, etc;

## RELATÓRIO SÍNTESE E PEÇAS GRÁFICAS DO PROGRAMA DE REORDENAMENTO E GESTÃO DA PAISAGEM DAS SERRAS DA LOUSÃ E DO AÇOR

- Os **Sistemas Florestais de Proteção**, abrangendo cerca de 4% do território, está associada a um coberto composto por mata mista com espécies autóctones (arqueofitas e cupressáceas);
- **Sistemas Florestais de Produção, correspondendo a cerca 30%**, englobam florestas de eucalipto, florestas de pinheiro bravo (área ardida em 2017) e florestas de pinheiro bravo e outras resinosas.
- **Os Sistemas Florestais de Produção a evoluir para Sistemas florestais de proteção (18%)** correspondem a áreas de reconversão com recurso a espécies autóctones onde a transformação progressiva deve ocorrer de acordo com a dinâmica que se venha a instalar no território;

**Sistemas agrícolas (3%)**, correspondem às áreas agrícolas existentes que incluem agricultura em torno dos aglomerados, em socalcos, e em fundos de vales em faixas muito estreitas, sem dimensão para uma agricultura que não seja restrita e de subsistência.

**Sistemas de Mosaicos Agro Silvo Pastoris (3%)**, são áreas com uma ocupação do solo diversa, podendo incluir áreas de agricultura, parte em socalcos, prados permanentes ou de folhosas. Este macrossistema está ainda associado às áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível;

**Pastagens, com expressão reduzida em resultado da fisiografia do território**, abrangem cerca de 2%, e encontram-se associados aos sistemas de mosaicos agro silvo pastoris concentrados em pequenas áreas ao longo dos fundos dos vales ou na envolvente dos aglomerados;

**Áreas rochosas ou de vegetação esparsa (0,1%)**, onde se destacam os afloramentos rochosos, que representam, por si só, descontinuidades na paisagem, estando associados aos valores biofísicos como o filão quartzítico que aflora entre Fajão e Vidual.

**Matos (10%)** enquanto áreas com recursos silvestres a valorizar em áreas declivosas, especialmente relevante para a conservação do solo e da água e para a valorização associada a recursos ou atividades locais como o mel, aromáticas ou caprinicultura

## **RELATÓRIO SÍNTESE E PEÇAS GRÁFICAS DO PROGRAMA DE REORDENAMENTO E GESTÃO DA PAISAGEM DAS SERRAS DA LOUSÃ E DO AÇOR**

Note-se que nas percentagens apresentadas não estão incluídas, as áreas da galeria ripícola, as áreas edificadas, as massas de água, a rede viária; as Operações Integradas de Gestão da Paisagem (OIGP), as quais ocupam cerca de 15% da área do PRGPSLA.

Os **elementos singulares da paisagem** traduzem o cariz identitário da paisagem, que, no caso da área do PRGPSLA, está relacionado com o património natural presente, designadamente a mata da Margaraça, as florestas autóctones (carvalhos e castanheiros), as florestas de outras folhosas (galeria ripícola), o filão quartzítico que aflora entre Fajão e Vidual e as áreas agrícolas estão igualmente associados ao valor da paisagem.

Destacam-se também alguns pontos de interesse como as dez Praias Fluviais de Alvares, Benfeita, Cabreira, Cabril, Colmeal, Corga, Mega Fundeira, Mosteiro, Pessegueiro, Santa Luzia.

Na vertente do património edificado, destacam-se as Aldeias de Xisto localizadas dentro do perímetro do PRGP SLA (Benfeita, Fajão e Mosteiro).

As opções do desenho da paisagem, com as necessárias adaptações, têm condições para ser replicadas a toda a unidade homogénea. Permitem, a diferentes níveis, o estabelecimento de estratégias que promovam o reordenamento e a gestão desta paisagem, bem como o desenvolvimento e adaptação do PRGPSLA nas várias componentes que o constituem.

Na área do PRGPSLA estão aprovadas Operações Integradas de Gestão da Paisagem, para as seguintes AIGP: Ribeira de Mega, Alvares, Cepos e Casal Novo, Ribeira de Parrozelos – Vale Grande e Carriça. Nestas áreas, o desenho da paisagem segue o aprovado pelos respetivos Despachos, nomeadamente, Despacho nº 14844-A/2024, de 16 de dezembro e Despacho nº15261 - D/2024, de 31 de dezembro.

### **3.2. Fundamentação das Opções Tomadas**

As opções propostas no desenho da paisagem do PRGPSLA, estão fundamentadas em três objetivos principais:

- a) Redução da vulnerabilidade do território aos fogos rurais, com melhorias sensíveis no médio prazo**

## **RELATÓRIO SÍNTESE E PEÇAS GRÁFICAS DO PROGRAMA DE REORDENAMENTO E GESTÃO DA PAISAGEM DAS SERRAS DA LOUSÃ E DO AÇOR**

A estratégia de redução da vulnerabilidade aos fogos rurais visa aumentar a resiliência das comunidades vegetais e dos povoamentos florestais.

Com base na cartografia de territórios ardidos do ICNF, IP, a área ardida entre 1975 e 2020 correspondeu a 52656 ha, o que representa 96 % do total da área do PRGP.

Relativamente à recorrência de incêndios verifica-se que 0,1 % da área total do PRGP (76 ha) ardeu cinco vezes, 6 % (3270 ha) ardeu quatro vezes, 31,1 % (17064 ha) ardeu três vezes, 38,1% (20876 ha) ardeu duas vezes e 20,7 % (11369 ha) ardeu uma vez. Desta última área, cerca de metade (5304 ha) ardeu no incêndio de 2017 que, de acordo com os dados disponíveis, não tinha ardido desde 1975. O incêndio de 2017 percorreu 72,6 % da área total (39802 ha). O incêndio ocorreu sobretudo em florestas de pinheiro-bravo e outras resinosas (29 % da área total do PRGP), florestas de eucalipto (20 %) e matos (13%). Algumas áreas de outras folhosas (5,4 %) e de agricultura (2,7 %) também foram afetadas por este incêndio de grande dimensão.

O comportamento potencial de incêndios rurais foi estudado e comparado entre a paisagem atual, representada pela situação pós incêndios de 2017 (adaptação da COS2018) e o desenho da paisagem. Em função das alterações preconizadas, todas as simulações apontam para uma tendência crescente de cenários mais favoráveis nos parâmetros descritores do comportamento do fogo, nomeadamente, a intensidade, o comprimento de chama e a velocidade de propagação com a probabilidade de arder a diminuir tendencialmente.

A implementação das opções de transformação e valorização da paisagem nos territórios das 5 OIGP, irão promover a redução da vulnerabilidade aos fogos rurais, uma vez que as alterações em implementação no terreno e a garantia de serem áreas com uma gestão agregada ao longo do tempo, terão um impacto positivo na redução da vulnerabilidade do território e na forma como os incêndios tenderão a percorrer o território.

A combustibilidade das espécies, o comportamento do fogo face à morfologia do terreno, a sustentabilidade ecológica e a viabilidade económica e social da paisagem foram os pressupostos que conduziram à criação de uma Estrutura de Resiliência ao Fogo constituída por culturas e espécies pouco combustíveis (agricultura, pastagens, espécies de folhosas autóctones e arqueófitas), que, em grande parte, coincide com a Estrutura de Conetividade Ecológica.

## **RELATÓRIO SÍNTESE E PEÇAS GRÁFICAS DO PROGRAMA DE REORDENAMENTO E GESTÃO DA PAISAGEM DAS SERRAS DA LOUSÃ E DO AÇOR**

Nas três componentes de comportamento básico do fogo - a intensidade linear da frente de fogo, o comprimento de chama e a velocidade de propagação -, tendo ainda em conta as eventuais boas práticas de gestão de combustíveis, a alteração induzida pela transformação da paisagem é substancial relativamente ao cenário de 2018, apesar de continuarem a existir valores extremos localizados em algumas partes do território. Na eventualidade de serem observadas boas práticas de gestão de combustíveis nas zonas de povoamentos florestais, a diminuição expectável da intensidade do fogo na paisagem é ainda mais significativa.

A estratégia para reduzir a vulnerabilidade do território aos fogos rurais e aumento da sua resiliência baseia-se nas seguintes ações:

- a) **Gestão de combustíveis ou alteração de uso do solo nas redes primária e secundária de faixas de gestão de combustível (FGC);**
- b) **Fragmentação das áreas de manchas florestais contínuas**, com a diversificação do uso do solo para reduzir a propagação do fogo;
- c) **Reforço de povoamentos de espécies autóctones mais adaptadas ao fogo, das galerias ripícolas e alternância de estratos com gestão de matos;**
- d) **Nas áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível definidas nos PSA**, com a reconversão de áreas de matos em áreas agrícolas, de pastagem ou de floresta mista.
- e) **Na implementação das 5 OIGP, designadamente, Ribeira de Mega, Alvares, Cepos e Casal Novo, Ribeira de Parrozelos – Vale Grande e Carriça** - com ações dirigidas à transformação da paisagem e à implementação de uma gestão agregada liderada por uma entidade gestora.

**3.2.2. Valorização da aptidão dos solos e melhoria dos serviços prestados pelos ecossistemas** organizados em quatro grandes categorias: serviços de suporte, serviços de provisão, serviços de regulação e serviços culturais e de recreio, assente em:

- a) Preservação das áreas de alto valor ecológico associadas às espécies autóctones;
- b) Prevenção e redução dos riscos associados a eventos climáticos extremos por via da redução da erosão em florestas autóctones e de outras folhosas, em galerias ripícolas, prados permanentes e pomares;

## **RELATÓRIO SÍNTESE E PEÇAS GRÁFICAS DO PROGRAMA DE REORDENAMENTO E GESTÃO DA PAISAGEM DAS SERRAS DA LOUSÃ E DO AÇOR**

- c) Melhoria tendencial na regulação dos ciclos hídricos pela melhoria da aptidão à infiltração média em função das alterações na cobertura do solo propostas a implementar ao longo do tempo;
- d) Compartimentação de usos, evitando manchas florestais contínuas, independentemente de serem mais produtivas ou mais conservacionistas.
- e) Gestão mais eficiente e dinâmica das áreas de floresta com diversificação dos estratos arbustivos e subarbustivos.

Nas áreas da 5 OIGP, está já prevista a manutenção e gestão dos territórios geridos com a provisão de uma remuneração anual para valorização dos Serviços de Ecossistemas ao longo de um período de 20 anos.

### **3.2.3. Aumento do valor do território e dinamização da economia**

As opções propostas no desenho da paisagem do PRGPSLA, além da sustentabilidade ecológica e da resiliência aos incêndios rurais, pretendem assegurar a sua sustentabilidade económica. Parte-se do pressuposto que a floresta de conservação constitui, ela própria, uma floresta de produção, produzindo bens capazes de serem transacionados numa nova economia, na qual se inclui o rendimento dos seus produtos diretos (madeira, bolota, castanha, medronho, mel, cogumelos, etc.) ou indiretos (pagamento de serviços de ecossistemas).

Assim, o aumento do valor dos ativos territoriais e dinamização da economia assenta em:

- a) Criação de um território capacitado para o restauro ecológico e produção florestal sustentável;
- b) Medidas silvoambientais de conservação do solo e da água, tendo como referencial a floresta de espécies folhosas autóctones (como os carvalhos), de espécies arqueófitas (como o castanheiro, a noqueira – ambas para madeira ou fruto - a cerejeira brava e outras), e de espécies ripícolas e ribeirinhas (amieiro, salgueiros, choupo, freixo, ulmeiro, etc.).
- c) Implementação de corta fogos verdes com presença dos estratos herbáceo, arbustivo e arbóreo, de modo a funcionar como uma orla;
- d) Adoção de mecanismos de certificação - biológica ou de Denominação protegida -

## **RELATÓRIO SÍNTESE E PEÇAS GRÁFICAS DO PROGRAMA DE REORDENAMENTO E GESTÃO DA PAISAGEM DAS SERRAS DA LOUSÃ E DO AÇOR**

- para os produtos não lenhosos da floresta (e.g. mel) e da agricultura (e.g., borrego e cabrito);
- e) Dinamização das cadeias curtas de comercialização e valorização da agricultura familiar;
  - f) Diferenciação turística regional em território florestal tirando partido das dez praias fluviais Alvares, Benfeita, Cabreira, Cabril, Colmeal, Corga, Mega Fundeira, Mosteiro, Pessegueiro, Santa Luzia, das Aldeias de Xisto Benfeita, Fajão e Mosteiro e da valia científica da Mata da Margaraça.
  - g) Na vertente do património edificado, destacam-se as Aldeias de Xisto localizadas dentro do perímetro do PRGP SLA (Benfeita, Fajão e Mosteiro), cuja dinamização promove a sua função de âncoras no desenvolvimento e dinamização do território.

Na área de intervenção do PRGPSLA, existem entidades com potencial de capacidade de gestão do território, com um papel fundamental no aumento do valor do território e dinamização da economia:

Comissão de Compartes dos Baldios de Alge e Lugares Anexos;

Comissão de Compartes da Freguesia de Moura da Serra;

ZIF Lapão e ZIF Ribeira de Pêra - APFLOR - Associação dos Produtores Florestais do Concelho de Pedrogão Grande;

ZIF Moura Alva- CAULE - Associação Florestal da Beira Serra;

ZIF Ribeira Sinhel - Associação Florestal do Concelho de Góis;

Serforal - Sociedade de Gestão e Investimento Agroflorestal, Lda

ZIF Vidual - SILVICONSULTORES - Ambiente e Recursos Naturais, S.A.;

ZIF Campelo - FICAPE - Cooperativa Agrícola do Norte do Distrito de Leiria;

GAL Pinhais do Zêzere – Associação para o Desenvolvimento;

Associação dos Produtores Florestais do Concelho de Arganil – APFCARGANIL;

Associação para a Certificação Florestal do Pinhal Interior Norte (sede em Góis) – ACFPIN;

Associação de Produtores Agroflorestais de Concelho de Figueiró dos Vinhos;

Associação Entre Serras - Associação de Desenvolvimento do Concelho de Pampilhosa da Serra;

## **RELATÓRIO SÍNTESE E PEÇAS GRÁFICAS DO PROGRAMA DE REORDENAMENTO E GESTÃO DA PAISAGEM DAS SERRAS DA LOUSÃ E DO AÇOR**

Associação de Desenvolvimento Rural e Proteção Ambiental do Vale do Ceira – VALCEIRA;

Associação de Produtores Florestais do Concelho de Pampilhosa da Serra - APFPS;

Cooperativa de Apicultores e Produtores de Medronho de Pampilhosa da Serra, CRL – Pampimel;

Associação da região de Benfeita para Objetivos Regenerativos – ArBOR;

Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Interior – ADIBER;

Cooperativa Agrícola de Apicultores da Lousã e Concelhos Limítrofes, CRL (Mel DOP Serra da Lousã) – LOUSÂMEL;

Agroargus - produtos biológicos locais.

#### **4. Matriz de transição e valorização**

À escala do PRGPSLA as três Unidades de Paisagem (que constam da Figura 2 – desenho da paisagem) resultam de uma síntese da caracterização ecológica (recursos naturais e valores biofísicos) e da apropriação cultural do território (ocupação do solo e sua evolução).

Estruturam as bacias hidrográficas do Rio Mondego, para Norte, e do rio Tejo, para Sul, com altitudes acima dos 500 m, onde se destacam a Serra do Açor (1418 m) e a Serra da Lousã (1205 m), em que se evidencia a linha que separa as áreas com declives inferiores e superiores a 25 %, a linha de fecho que separa as bacias hidrográficas do Rio Ceira e do Rio Zêzere e que define, em simultâneo, a separação entre termotipos - o meso mediterrânico, do meso temperado.

Esta morfologia do terreno, acompanhada por um substrato xistoso, determina uma situação de montanha, em cerca de dois terços da área, com vertentes, além de muito declivosas, com uma baixa permeabilidade para a água da chuva, conduzindo a um elevado escoamento superficial. Simultaneamente, condiciona a qualidade dos solos, que são muito delgados nas vertentes e nos reduzidos fundos de vales.

A carta de ocupação e uso do solo COS 2018 (DGT, 2019) mostra uma ocupação dominada pela floresta pinheiro-bravo, de eucalipto, outras resinosas e matos, o que, no seu conjunto, perfaz cerca de 84% da área com revestimentos altamente combustíveis.

## **RELATÓRIO SÍNTESE E PEÇAS GRÁFICAS DO PROGRAMA DE REORDENAMENTO E GESTÃO DA PAISAGEM DAS SERRAS DA LOUSÃ E DO AÇOR**

Verifica-se uma nítida diferença entre a área situada a norte da linha de fecho principal e a área a sul da mesma, onde existe uma forte presença do eucalipto, predominando nos concelhos a sul onde o relevo é mais brando. Contudo, tem-se também expandido em pequenas manchas nos concelhos a norte, independentemente do relevo acidentado dominado por vertentes com declives superiores a 35 %.

As opções do desenho da paisagem com as necessárias adaptações, têm condições de replicação a toda a unidade homogénea. Permitem, a diferentes níveis, o estabelecimento de estratégias que promovam o reordenamento e a gestão desta paisagem, bem como o desenvolvimento e adaptação do PRGPSLA nas várias componentes que o constituem.

Para a identificação das áreas do território que devem ser objeto de transformação, foram consideradas as seguintes dimensões:

- i. Aspectos da paisagem que permanecem ao longo do tempo: aglomerados, rede viária e espaços a ela associados, planos de água e rede hidrográfica;
- ii. Áreas onde a ocupação e uso do solo deve ser mantida, correspondendo à generalidade dos terrenos agrícolas, galerias ripícolas e florestas de conservação onde predominam espécies autóctones:
  - a) Floresta de outras folhosas (vegetação ripícola) associadas às linhas de água em cerca de 3185 ha;
  - b) Agricultura, incluindo em torno dos aglomerados, com uma expressão 1485 ha;
  - c) Área reduzida, porém, muito significativa de floresta de folhosas autóctones (533 ha) localizadas, maioritariamente no vale de Pera, Carvalhal do Sapo, Cabreira, Porto Castanheiro, Fajão e Açor.
- iii. Áreas com grande extensão de plantações monoespécie, onde há necessidade de instalação de estruturas de compartimentação, seja por faixas de gestão de combustível, seja pela implementação de estruturas da paisagem.

Neste contexto, propõem-se que as maiores transformações tenham a seguinte natureza e considerem:

## **RELATÓRIO SÍNTESE E PEÇAS GRÁFICAS DO PROGRAMA DE REORDENAMENTO E GESTÃO DA PAISAGEM DAS SERRAS DA LOUSÃ E DO AÇOR**

- A implementação da Macroestrutura da Paisagem: Estrutura de Resiliência e Estrutura Ecológica;
- A grande necessidade de criar descontinuidades na ocupação florestal do território e que estarão, sobretudo, associadas à implementação da Estrutura de Resiliência e da Estrutura Ecológica da Paisagem;
- A aptidão produtiva do território para a produção lenhosa, suportada numa efetiva gestão florestal, prevendo, de acordo com a dinâmica que se venha a instalar no território, a sua reconversão progressiva para sistemas florestais de proteção com recurso a espécies autóctones;
- A necessidade de promover a erradicação de espécies invasoras;

Note-se que a transformação aprovada nas Operações Integradas de Gestão da Paisagem, acresce à transformação referida.

### **4.1. Descrição, por sistemas, da matriz de transformação da paisagem**

A área sujeita a transformação efetiva, é na ordem dos 29% da área total do PRGPSLA, ou seja, 15902 ha, dos quais 5796 ha correspondem às OIGP. O PRGPSLA aponta ainda para a possibilidade de transformação progressiva de cerca de 9625 ha para floresta de proteção, valor que acrescerá aos 29%.

O quadro 1 apresenta a quantificação das áreas a ser intervencionadas para a concretização dos objetivos do PRGPSLA, considerando as áreas em estruturas da paisagem e em macrossistemas da paisagem.

**RELATÓRIO SÍNTESE E PEÇAS GRÁFICAS DO  
PROGRAMA DE REORDENAMENTO E GESTÃO DA PAISAGEM DAS SERRAS DA  
LOUSÃ E DO AÇOR**

Quadro 1 – Transformação da Paisagem

<b>Matriz de Transição</b>	<b>Área (ha) em Estruturas da paisagem</b>	<b>Área (ha) que não se insere em estruturas de paisagem</b>
Agricultura >>> Vegetação ripícola	186	0
Espaços descobertos com vegetação esparsa >>> Sistemas florestais de proteção e vegetação ripícola	23	25 a reverter progressivamente
Florestas de eucalipto >>> Sistemas florestais de proteção	783	3112 a reverter progressivamente
Florestas de eucalipto >>> Sistemas de mosaicos agro silvo pastoris e pastagens	939	0
Florestas de eucalipto >>> Vegetação ripícola	147	0
Florestas de eucalipto >>> Sistemas agrícolas	0	53
Florestas de pinheiro-bravo e outras resinosas >>> Sistemas de mosaicos agro silvo pastoris e pastagens	1529	0
Florestas de pinheiro-bravo e outras resinosas >>> Sistemas agrícolas	148	0
Florestas de pinheiro-bravo e outras resinosas >>> Sistemas florestais de proteção	829	4149 a reverter progressivamente
Florestas de pinheiro-bravo e outras resinosas >>> Vegetação ripícola	285	0
Matos >>> Sistemas de mosaicos agro silvo pastoris e pastagens	334	0
Matos >>> Floresta de proteção	588	2339 a reverter progressivamente
Matos >>> Sistemas agrícolas	0	96
Matos >>> Vegetação ripícola	198	0
Floresta de espécies invasoras >>> Sistemas florestais de proteção		158*
Floresta de espécies invasoras >>> Vegetação ripícola	30*	0
Outras áreas com possibilidade de reconversão para vegetação ripícola	1274	0
Área integrada em OIGP	5796	

**RELATÓRIO SÍNTESE E PEÇAS GRÁFICAS DO  
PROGRAMA DE REORDENAMENTO E GESTÃO DA PAISAGEM DAS SERRAS DA  
LOUSÃ E DO AÇOR**

<b>Matriz de Transição</b>	<b>Área (ha) em Estruturas da paisagem</b>	<b>Área (ha) que não se insere em estruturas de paisagem</b>
Área integrada em faixas da rede primária de gestão de combustível a reconverter nos termos do Despacho n.º 4223/2025, de 3 de abril,	2506	0
Uso do solo que se altera considerando a área total das OIGP	15902 (29%)	9625 (18%) a reverter progressivamente
Uso do solo que se mantém	29312 (53%)	
<b>Total</b>	<b>54 839 (100%)</b>	

\*Valores calculados por defeito, considerando a data do levantamento da ocupação do solo e a proliferação da espécie na atualidade. A reconversão de outras áreas de “Florestas de espécies invasoras” presentes no território deve considerar os macro-sistemas propostos no PRGP.

### **5. Áreas e ações prioritárias de intervenção na Área do PRGPSLA**

Constam da Figura 3 as áreas prioritárias de intervenção como as de maior relevância para a transformação da paisagem, onde se pretendem realizar ações que, dada a sua natureza, são transversais à área de intervenção e cuja concretização é estruturante para a sustentabilidade e viabilidade da nova paisagem do PRGPSLA.

## RELATÓRIO SÍNTESE E PEÇAS GRÁFICAS DO PROGRAMA DE REORDENAMENTO E GESTÃO DA PAISAGEM DAS SERRAS DA LOUSÃ E DO AÇOR

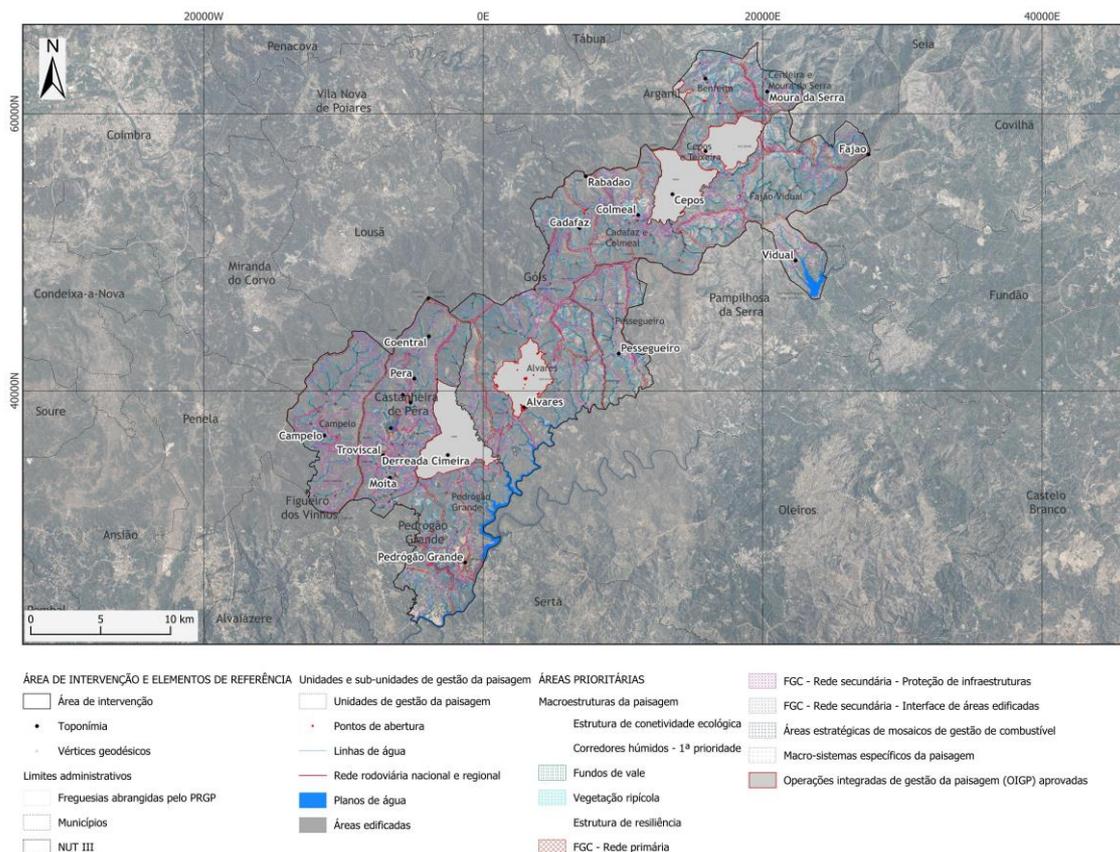


Figura 3 – Áreas prioritárias

### 5.1. Áreas prioritárias na Macroestrutura da Paisagem

#### 5.1.1. Estrutura de conectividade ecológica- corredores húmidos- linhas de água da rede hidrográfica fundamental

A área de transformação nas **linhas de água** corresponde a cerca de **848 ha**, sem contabilizar a área da galeria ripícola existente que deve ser mantida. Grande parte destas áreas é ocupada por pinheiro-bravo que ardeu em 2017, eucalipto e matos. Há ainda cerca de 180 ha que atravessam área agrícola, devendo ser avaliada a possibilidade de revestir estas áreas com galeria ripícola. Apesar de esta transformação de área agrícola em galeria ripícola não ser significativa para o controlo do fogo, é significativa como corredor ecológico e em

## **RELATÓRIO SÍNTESE E PEÇAS GRÁFICAS DO PROGRAMA DE REORDENAMENTO E GESTÃO DA PAISAGEM DAS SERRAS DA LOUSÃ E DO AÇOR**

matéria de conservação da água. Estas áreas serão relevantes para a compartimentação das áreas de produção.

Nas áreas que coincidem com **fundos de vale**, numa extensão que totaliza 307 ha, será incentivada a agricultura ou a mata ribeirinha.

### **5.1.2. Estrutura de Resiliência**

#### **i. Faixas de Gestão de Combustível - Rede Primária**

A Rede Primária de Faixas de Gestão de Combustível, onde a área de transformação abrange cerca de 2506 ha. Desta área, cerca de 24% está ocupada por eucalipto, cerca de 35% é revestida por matos e cerca de 32% por pinheiro-bravo. A transformação a operar nestas áreas segue o estabelecido no Despacho n.º 4223/2025, de 3 de abril, que aprova as normas técnicas relativas à gestão de combustível nas faixas da rede primária.

#### **ii. Faixas de Gestão de Combustível - Rede Secundária- Interface áreas edificadas**

A Rede secundária das FGC integra, também, as **faixas de proteção na envolvente de aglomerados populacionais**, que está atualmente, em parte, ocupada com agricultura. Prevê-se a reconversão de usos em cerca de 1329 ha, preferencialmente para agricultura, podendo ainda ser ocupadas por prados ou por folhosas autóctones ou arqueófitas. Desta área, cerca de 69% está atualmente ocupada com pinheiro-bravo, cerca de 22% por eucalipto e cerca de 6% por matos. Cerca de 600 ha destas áreas a transformar localizam-se em áreas declivosas, pelo que, aí, a agricultura deve ser organizada em socalcos.

Pretende-se garantir o fecho da área tampão dos aglomerados contra a propagação do fogo e paralelamente incentivar o aumento de área agrícola. A restante área das faixas em redor dos aglomerados é constituída por linhas de água, vegetação com interesse para conservação, às quais se sobrepõem faixas de proteção à rede elétrica e à rede viária. Cerca de 677 ha destas faixas de proteção localizam-se em áreas declivosas, pelo que, aí, a agricultura deve ser organizada em socalcos.

#### **iii. Faixas de Gestão de Combustível - Rede Secundária- proteção a infraestruturas**

As **faixas de proteção à rede viária** (cerca de 1012 ha), e as **faixas de proteção à rede elétrica** (cerca de 520 ha), as quais deverão ser reconvertidas nos termos do Despacho n.º

## **RELATÓRIO SÍNTESE E PEÇAS GRÁFICAS DO PROGRAMA DE REORDENAMENTO E GESTÃO DA PAISAGEM DAS SERRAS DA LOUSÃ E DO AÇOR**

4223/2025, de 3 de abril, que aprova as normas técnicas relativas à gestão de combustível nas faixas da rede secundária.

#### **iv. Áreas Estratégicas de Mosaicos de Gestão de Combustível**

As áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível, abrangem cerca de 4507 ha, e são atualmente ocupadas maioritariamente por matos (46%), florestas de pinheiro-bravo (35%) e florestas de eucalipto (8%). Prevê-se a reconversão de usos em cerca de 47% da área, sendo 33% para sistemas florestais de proteção (dos quais 20% serão a reconverter progressivamente), 5% para mosaicos agro silvo pastoris, 4% para pastagens, 4% para galerias ripícolas e 1% para sistemas agrícolas. Nestas áreas mantem-se 22% como floresta de produção (pinheiro-bravo e outras resinosas), que terá que ser gerida, 26% de matos e 5% de florestas de conservação. A transformação destas áreas deverá ter em consideração o disposto no Despacho n.º 4223/2025, de 3 de abril, que aprova as normas técnicas relativas à gestão de combustível nas áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível.

#### **5.2. Áreas prioritárias nos Macrossistemas da Paisagem**

As áreas prioritárias nos Macrossistemas da Paisagem são identificadas como **Macrossistemas Específicos da Paisagem** e correspondem às áreas onde está identificada a ocorrência de espécies lenhosas invasoras, prevendo-se o seu controlo ou erradicação e, posteriormente, a conversão para os Macrossistemas previstos no desenho da paisagem. Sinaliza-se que a extensão da área ocupada por estas espécies deverá ser superior à identificada uma vez que os valores estão calculados por defeito, considerando a data do levantamento da ocupação do solo e a proliferação da espécie na atualidade.

#### **5.3. Ações prioritárias do PRGPSLA**

O Quadro 2 sintetiza as áreas prioritárias do PRGPSLA e aponta as ações prioritárias que se pretende avançar desde já. Note-se que, de acordo com a natureza das ações, é considerado que a sua realização possa acontecer ao longo de 10 anos. Estas ações acrescem às estabelecidas nas Operações Integradas de Gestão da Paisagem.

## RELATÓRIO SÍNTESE E PEÇAS GRÁFICAS DO PROGRAMA DE REORDENAMENTO E GESTÃO DA PAISAGEM DAS SERRAS DA LOUSÃ E DO AÇOR

Quadro 2. Ações prioritárias do PRGPSLA

Áreas prioritárias		ÁREA (Estimada)	Tipo de ações prioritárias	
Macroestrutura da Paisagem (Estrutura de Resiliência e Estrutura Ecológica)	Faixas de Gestão de Combustível (Rede Primária)	<b>2506 ha</b>	Alteração do coberto Despacho n.º 4223/2025, de 3 de abril	
	Áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível	<b>4507 ha</b>	Alteração do coberto Despacho n.º 4223/2025, de 3 de abril	
	Faixas de Gestão de Combustível (Rede Secundária)	Interface áreas edificadas	<b>1329 ha</b>	Alteração do coberto Despacho n.º 4223/2025, de 3 de abril
		Faixas de proteção à rede viária	<b>1012 ha</b>	Alteração do coberto Despacho n.º 4223/2025, de 3 de abril
		Faixas de proteção à rede elétrica	<b>520 ha</b>	Alteração do coberto Despacho n.º 4223/2025, de 3 de abril
	Corredores húmidos-linhas de água	<b>848 ha</b>	Ações de Plantação ou valorização Galerias Ripícolas	
	Corredores húmidos – Fundos de Vale	<b>307 ha</b>	Reconversão para agricultura ou ações de Plantação de mata ribeirinha	
Áreas de espécies invasoras lenhosas em linhas de água	<b>&gt;30 ha*</b>	Ações de erradicação e plantação de galerias ripícolas		
Macrossistemas Específicos da Paisagem (transformação diferenciadora mais relevante para os objetivos do PTP)	Áreas de invasoras lenhosas fora das Macroestruturas	<b>&gt;158 ha*</b>	Ações de controlo e erradicação	
<b>Dimensão Total das áreas Prioritárias PRGPSLA</b>		<b>11 217 ha</b>		

\*Valores calculados por defeito, considerando a data do levantamento da ocupação do solo e a proliferação da espécie na atualidade.

## RELATÓRIO SÍNTESE E PEÇAS GRÁFICAS DO PROGRAMA DE REORDENAMENTO E GESTÃO DA PAISAGEM DAS SERRAS DA LOUSÃ E DO AÇOR

### 5.3.1. Ações prioritárias nas Macroestruturas da Paisagem

- i) **Plantação e Valorização de galerias ripícolas**, para garantir o funcionamento e a conectividade dos corredores húmidos, como elementos de carácter estruturador do desenho da paisagem e corredores de conectividade ecológica e contribuir para a compartimentação da paisagem.

Na implementação das ações em linhas de água, dever-se-á aferir e compatibilizar com as intervenções já realizadas no terreno pela Administração da Região Hidrográfica do Centro (ARHC). De acordo com a informação disponibilizada pela ARHC, cerca de 19 hectares dos identificados no quadro 2 já foram, em tempo, intervencionados. No total da área do PRGPSLA terão sido intervencionados 192km, numa área aproximada de 57 hectares.

- ii) **Investimentos nas Áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível** que garantam a descontinuidade vertical e horizontal dos combustíveis florestais, onde devem ser aplicadas medidas de silvicultura preventiva. Esta ação prioritária corresponde a ações que estão programadas no PNA-SGIFR, através da implementação de usos agrícolas, florestais, silvopastoril, pastagens, criação de orlas.
- iii) **Investimentos na Rede Primária de Faixas de Gestão de Combustíveis**, em ações de gestão de combustíveis ou alteração do uso do solo em faixas de gestão de combustível (remoção de espécies florestais ou aumento do espaçamento entre copas), correspondendo a ações que estão programadas no PNA-SGIFR.
- iv) **Investimentos na interface de áreas edificadas**, em ações de gestão de combustíveis ou alteração do uso do solo, preferencialmente para agricultura. Na implementação de ações na interface de áreas edificadas, deve ser atendida a existência de financiamentos no âmbito da Medida programática do Programa de Transformação da Paisagem- “Condomínios de Aldeia”.
- v) **Investimentos na Rede Secundária de Faixas de Gestão de Combustível (Faixas de proteção à rede viária e à rede elétrica)**, em cumprimento do Despacho n.º 4223/2025, de 3 de abril.

## **RELATÓRIO SÍNTESE E PEÇAS GRÁFICAS DO PROGRAMA DE REORDENAMENTO E GESTÃO DA PAISAGEM DAS SERRAS DA LOUSÃ E DO AÇOR**

### **5.3.2. Ações prioritárias nos macrossistemas específicos da paisagem**

As ações prioritárias nos macrossistemas específicos da paisagem compreendem **intervenções de controlo e erradicação de espécies invasoras**, cuja dimensão e extensão deverão ser confirmadas. Será, ainda, necessário, estabelecer as áreas onde se operará o controlo das espécies e as áreas onde será possível, com maior segurança, avançar para a sua erradicação.

Estão ainda previstas ações de carácter estrutural, que poderão ter lugar em complemento das associadas às macroestruturas da paisagem, ou, em outras áreas, de acordo com as especificidades do território, designadamente:

- Recuperação ou manutenção de estruturas tradicionais de modelação de terrenos, de muros de pedra solta ou sistemas de drenagem;
- Abertura de pontos de água para acumulação à superfície

### **6. Remuneração dos serviços dos ecossistemas**

A remuneração de serviços de ecossistemas estará associada às áreas e ações prioritárias do PRGPSLA, estabelecidas no número anterior, que apresentam adicionalidade na provisão dos serviços dos ecossistemas traduzida no aumento da resiliência ao fogo, da biodiversidade, da conservação do solo e da água e do stock de carbono. Ainda, na lógica socioeconómica para a eficiência na utilização dos incentivos, pretende-se assegurar a continuidade das intervenções financiadas e concretizadas na transformação da paisagem, essencialmente mediada por alterações na gestão dos sistemas florestais e agrícolas, através da promoção do regime silvopastoril com especialização na produção pecuária, da revitalização e diversificação da atividade cinegética e dos mosaicos territoriais de usos e atividades e suporte a atividades de lazer.

A remuneração dos serviços dos ecossistemas segue, com as necessárias adaptações, a Orientação Técnica que define os apoios dirigidos à gestão e manutenção das OIGP relativos sistemas culturais que contribuam ativamente para o aumento da resiliência e a diminuição da vulnerabilidade do território aos incêndios rurais e, desse modo, assegurar a prestação dos serviços dos ecossistemas, nomeadamente a biodiversidade, a proteção da água e do solo e o sequestro de carbono.

## **RELATÓRIO SÍNTESE E PEÇAS GRÁFICAS DO PROGRAMA DE REORDENAMENTO E GESTÃO DA PAISAGEM DAS SERRAS DA LOUSÃ E DO AÇOR**

### **7. Diretrizes de planeamento e gestão**

As diretrizes de planeamento e gestão estabelecidas no âmbito do PRGPSLA, compreendem:

- a)* Diretrizes a incorporar nos planos diretores municipais (PDM), associadas à transposição, intervenção e gestão das macroestruturas e macro sistemas da paisagem;
- b)* Diretrizes de transposição/aplicação do PROF CL e do SGIFR;
- c)* Diretrizes de articulação com o Regime jurídico a que estão sujeitas, no território continental, as ações de arborização e rearborização com recurso a espécies florestais (RJAAR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 julho, na sua redação atual;
- d)* Diretrizes para os instrumentos de financiamento.

#### **7.1 Diretrizes a incorporar nos PDM**

D1. As macroestruturas da paisagem definidas no desenho da paisagem do PRGPSLA, devem ser consideradas na planta de ordenamento dos PDM de Arganil, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Pampilhosa da Serra e Pedrógão Grande.

D.2. Para as outras estruturas da paisagem associadas à resistência e resiliência ao fogo preconizadas no desenho da paisagem do PRGPSLA, os PDM devem integrar as respetivas servidões.

D.3. Os macrossistemas e elementos singulares da paisagem definidos no desenho e na matriz de transição do PRGPSLA, devem ser considerados no conteúdo regulamentar das diferentes categorias de espaço do solo rústico dos PDM (em particular nos regimes de uso do solo aplicáveis aos espaços agrícolas, florestais e naturais e paisagísticos), adaptados à escala do planeamento municipal com base em critérios técnicos de maior detalhe (salvaguardando as especificidades territoriais e da paisagem, como muros de pedra seca ou sebes na limitação das parcelas, estruturas de valorização da paisagem e de descontinuidade à propagação do fogo, património arquitetónico e arqueológico).

D.4. Para os sistemas florestais preconizados no desenho da paisagem do PRGPSLA, os PDM devem integrar normas nas respetivas categorias de solo rústico (em particular para os

## RELATÓRIO SÍNTESE E PEÇAS GRÁFICAS DO PROGRAMA DE REORDENAMENTO E GESTÃO DA PAISAGEM DAS SERRAS DA LOUSÃ E DO AÇOR

espaços florestais) que garantam:

- a) Reconversão das áreas com povoamentos de pinheiro-bravo em zonas com baixa aptidão para sistemas silvopastoris e de «outras folhosas florestais»;
- b) Manutenção e/ou expansão das áreas de floresta de folhosas predominantemente autóctones, utilizando nas novas plantações exemplares resistentes à doença da tinta (*Phytophthora cinnamomi* e *Phytophthora cambivora*);
- c) Promoção do emparcelamento por forma a aumentar a dimensão física e económica dos prédios rústicos;
- d) Valorização dos recursos cinegéticos e o potencial turístico das zonas de caça.

D.5. Para os macrossistemas específicos da paisagem preconizados no PRGPSLA, os PDM devem para as categorias de solo rústico, promover a estabilização e melhoria de mosaicos agroflorestais em suporte da promoção do habitat do lince-ibérico e do corço, com fomento da silvopastorícia.

D.6. Os PDM devem acautelar a regulamentação de atividades admitidas em solo rústico de suporte à economia rural, permitindo a instalação de estruturas necessárias à recriação de mosaicos de atividade agrícola, agrossilvopastoril e florestal, como abertura de pontos de água para acumulação de águas à superfície, a instalação de pequenas centrais de compostagem para aproveitamento dos resíduos florestais e produção de composto.

D.7. Os PDM devem acautelar a regulamentação necessária sobre o depósito de madeiras e outros produtos resultantes de exploração florestal ou agrícola, de outros materiais de origem vegetal e de produtos altamente inflamáveis, no interior ou nos 20 m contíguos das FGC.

### **7.2. Diretrizes de transposição/aplicação do PROF Centro Litoral e SGIFR**

D.8. O desenho da rede primária de FGC, no que se refere à sua evolução ou afinamento, concretiza-se no âmbito do SGIFR atendendo aos objetivos do PRGPSLA, designadamente no que se refere ao desempenho de resiliência ao fogo e das funções ecológicas da macroestrutura da paisagem.

D.9. A área de intervenção dos mosaicos estratégicos de gestão de combustível pode ser

## **RELATÓRIO SÍNTESE E PEÇAS GRÁFICAS DO PROGRAMA DE REORDENAMENTO E GESTÃO DA PAISAGEM DAS SERRAS DA LOUSÃ E DO AÇOR**

ajustada em função dos instrumentos do SGIFR, com fundamento na respetiva adaptação ao terreno, devendo os PDM Arganil, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Pampilhosa da Serra e Pedrógão Grande, prever usos compatíveis, privilegiando o uso agrícola, agrossilvopastoril e de pastagens ou áreas abertas que contribuam para a criação de descontinuidades e criação de orlas verde/verde.

### **7.3. Diretrizes de articulação com o Regime jurídico a que estão sujeitas, no território continental, as ações de arborização e rearborização com recurso a espécies florestais (RJAAR)**

D.10. Nas ações de arborização, rearborização e reconversão florestal, independentemente da dimensão da área de intervenção da ação, e tendo em conta a arborização envolvente, deve garantir-se a descontinuidade com o aumento das orlas nos povoamentos monoespecíficos e equiênicos, através da gestão dos cortes e de redes (FGC, rede divisional, usos do solo com baixa perigosidade de incêndio rural, linhas de água temporárias ou permanentes e respetivas faixas de proteção, entre outros).

D.11. Nas ações de arborização, rearborização e reconversão florestal, deve igualmente garantir-se a identificação e intervenção adequada nas áreas de intervenção dos mosaicos estratégicos de gestão de combustível:

- a) Quando localizadas exclusivamente em vales com habitats ripícolas, as intervenções a realizar incidem sobre a estrutura vertical dos combustíveis e no aumento da superfície com vegetação herbácea.
- b) Quando localizados em zonas de encosta a intervenção visa a obtenção de um mosaico cultural diversificado e adequado à realidade do território tendo por referência a dominância de áreas abertas e de espécies de baixa combustibilidade.

D.12. Nas áreas com declive superior a 25 % qualquer projeto de arborização ou rearborização deve assegurar a manutenção de zonas abertas em mosaico, e a existência de um sistema de gestão de combustível nas seguintes condições:

- a) Baseado em atividades como a silvopastorícia e/ou gestão cinegética desde que garantindo encabeçamentos eficazes para a gestão de combustível;

## **RELATÓRIO SÍNTESE E PEÇAS GRÁFICAS DO PROGRAMA DE REORDENAMENTO E GESTÃO DA PAISAGEM DAS SERRAS DA LOUSÃ E DO AÇOR**

- b) Baseado em técnicas de gestão de combustível como o fogo controlado ou a remoção da vegetação;
- c) Uma combinação eficaz das alíneas anteriores.

### **7.4. Diretrizes para os Instrumentos de Financiamento**

D.13. As operações apoiadas pelo Plano Estratégico da Política Agrícola Comum devem atribuir coeficientes de majoração nas áreas abrangidas pelo PRGPSLA, incentivando as ações relativas ao aumento atividade agrícola, às boas práticas agrícolas e florestais, às ações de gestão ativa certificada do território, ao aumento da silvopastorícia e da fileira agropecuária associada e às áreas de prados e pastagens permanentes.

D.14. As ações apoiadas pelo Programa Operacional Regional do Centro devem atribuir coeficientes de majoração à valorização ambiental e gestão polivalente das áreas florestais, às ações de gestão ativa certificada do território e às intervenções nos aglomerados urbanos que contribuam para a valorização do património cultural como fator de desenvolvimento e dinamização económica.

D.15. Os financiamentos que tenham lugar em solos integrados na Reserva Ecológica Nacional, devem prever a discriminação de incentivos a conceder aos proprietários que promovam uma gestão ativa para a sua conservação, restauro e continuidade do desempenho das funções ecológicas.

### **8 – Programa de execução e governança**

O Programa de execução e governança estabelece a programação da transformação da paisagem no horizonte temporal de 10 anos, discriminando as ações previstas e respetiva estimativa de investimento, a operacionalizar pelos atores chave capacitados de entre as fontes de financiamento elencadas.

Apresenta-se no Quadro 3 a distribuição do investimento por ação prioritária prevista na proposta de PRGPSLA:

## RELATÓRIO SÍNTESE E PEÇAS GRÁFICAS DO PROGRAMA DE REORDENAMENTO E GESTÃO DA PAISAGEM DAS SERRAS DA LOUSÃ E DO AÇOR

Quadro 3. Ações previstas nas áreas prioritárias do PRGPSLA

Áreas prioritárias		Ações previstas	Estimativa de investimento	
Macroestruturas da paisagem	Plantação e reabilitação de galerias ripícolas	Plantação	1 568 000€	
		Valorização	145 000€	
	Áreas Estratégicas de Gestão de Combustível FGC (Rede Primária) FGC (Rede Secundária) – Proteção aos aglomerados urbanos FGC (Rede Secundária) - Proteção de Infraestruturas FGC (Rede Secundária) – proteção rede elétrica	Execução e/ou usos agrícolas, florestais, silvopastoril, pastagens, criação de orlas		3 466 000€
				2 675 340€
				1 276 260€
				354 950€
				561 330€
Macrossistemas específicos da paisagem: Reconversão das áreas a erradicar de espécies lenhosas invasoras. Agricultura ou vegetação ribeirinha em fundos de vale.	Reconversão de povoamentos de matos ou áreas florestais de produção para Sistemas florestais de conservação e agricultura ou vegetação ribeirinha em fundos de vale. Erradicação de floresta de invasoras Recuperação ou manutenção de estruturas tradicionais de modelação de terrenos Abertura de pontos de água para acumulação à superfície		7 569 000€	
			3 600 000€	
			1 350 000€	
			200 000€	
Total de investimento			22 765 880€	

O Programa de governança, incluindo indicadores de execução financeira, organizacional e territorial é apresentado no quadro 4.

Quadro 4 – Programa de governança. Indicadores de execução financeira, organizacional e territorial.

Área temática	Indicador e métrica	Tipo	Periodicidade	Meta	Fonte
Execução Financeira	Taxa de execução dos montantes financeiros disponibilizados em avisos para a área do PRGPSLA (%)	Input	Anual	100% de execução (10 anos após a aprovação do PRGP)	Relatórios de monitorização da aplicação dos apoios Entidades do fórum

**RELATÓRIO SÍNTESE E PEÇAS GRÁFICAS DO  
PROGRAMA DE REORDENAMENTO E GESTÃO DA PAISAGEM DAS SERRAS DA  
LOUSÃ E DO AÇOR**

Área temática	Indicador e métrica	Tipo	Periodicidade	Meta	Fonte
	Montante de financiamento (por fundo e/ou mecanismo de financiamento) e respetivas atividades de transformação e manutenção da paisagem (n.º)	Input	Anual	Acompanhamento de todos os investimentos efetuados na área do PRGP	intersectorial do PNPOT Fundo ambiental
	Área abrangida por financiamento dos serviços dos ecossistemas (ha)	Input	Anual	100% do financiamento nas áreas prioritárias do PRGP	
Organizacional	Ações de capacitação e de sensibilização de atores locais* (n.º)	Input	Anual	Cumprimento dos efeitos esperados «Reforço da capacitação técnica das instituições e dos agentes na gestão do território» e «Aumento da qualificação em competências digitais e competências sectorialmente e territorialmente especializadas» cf. PNPOT (até 2030)	DGT, Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais, I.P., AGIF, I.P./SGIFR e Municípios
	Atores que beneficiaram de ações de capacitação e de sensibilização* (n.º)	Output	Anual		
Territorial	Área emparcelada* (ha)	Output	Trienal	Cumprimento dos efeitos esperados «Incremento de formas de gestão agrupada na exploração florestal» e «Alinhamento com princípios da economia circular» cf. PNPOT (até	DGT – SNIC e Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P. (IFAP, I. P.) - Parcelário

**RELATÓRIO SÍNTESE E PEÇAS GRÁFICAS DO  
PROGRAMA DE REORDENAMENTO E GESTÃO DA PAISAGEM DAS SERRAS DA  
LOUSÃ E DO AÇOR**

Área temática	Indicador e métrica	Tipo	Periodicidade	Meta	Fonte
				2030)	
	Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) (n.º e extensão em ml)	Output	Anual	---	
	Áreas com gestão associativa/agregada (ha)	Output	Anual	---	

### 9 – Programa de Monitorização e avaliação dos resultados

A implementação do PRGPSLA, em particular das áreas e ações prioritárias consideradas mais relevantes na transformação da paisagem, deve ser acompanhada desde o início pela definição e operacionalização de um programa de avaliação e monitorização que possibilite a avaliação dos resultados alcançados, face aos objetivos definidos, no horizonte temporal

O modelo de acompanhamento, reporte e medição dos resultados do PRGPSLA, previsto no anexo I do Decreto-Lei n.º 28-A/2020, de 26 de junho, que estabelece o regime jurídico da reconversão da paisagem, que assenta no chamado modelo lógico de avaliação, preconiza que a avaliação e acompanhamento de um programa deve compreender a avaliação dos inputs, ou seja do esforço realizado na sua implementação (e.g. recursos financeiros alocados), outputs, que se referem aos resultados das atividades/ações realizadas (e.g. área florestada) e *outcomes* ou impactes, que medem os efeitos dessas ações (e.g. redução do risco de erosão). Para além do acompanhamento e medição da execução do PRGPSLA, suportados nos indicadores de governança, são estabelecidos os indicadores de monitorização e de avaliação dos resultados para as três grandes áreas temáticas definidas, que se alinham com os objetivos estratégicos da proposta do PRGPSLA: Valor do território e dinamização da economia; Valorização do capital natural e serviços dos ecossistemas; e Vulnerabilidade do território aos fogos rurais.

A monitorização e avaliação dos resultados do PRGPSLA são suportados nos indicadores definidos em função dos grandes objetivos deste programa setorial em articulação com a Avaliação Ambiental Estratégica, constam do quadro 5.

## RELATÓRIO SÍNTESE E PEÇAS GRÁFICAS DO PROGRAMA DE REORDENAMENTO E GESTÃO DA PAISAGEM DAS SERRAS DA LOUSÃ E DO AÇOR

Quadro 5. Monitorização e avaliação da implementação do PRGPSLA

Objetivo: Reduzir a vulnerabilidade do território a fogos rurais				
Indicador (referência: área do PRGP)	Unidade	Periodicidade	Fonte	Racional/Notas
Área ardida	ha	Anual	ICNF	Indicador geral
Área ardida por fogos superiores a 500 ha*	ha	Anual	ICNF	Indicador da resiliência a incêndios de grandes dimensões.
Área ardida em áreas da Estrutura de conectividade ecológica	ha	Anual	ICNF	Indicador da resiliência das áreas de conectividade ecológica.
Reincidência de áreas ardidas	ha	Quinquenal	ICNF	Área ardida 2 ou mais vezes no período considerado (5 anos). Comparar com os 5 anos anteriores ao início das operações.
Percentagem total da área de Áreas Estratégicas de Mosaicos de Gestão de Combustível intervencionada.	%	Anual	Relatórios de execução	Quantifica o grau de implementação das AEMGC, considerando-se 100% a redução máxima na vulnerabilidade ao fogo.
Percentagem da Rede Primária de Faixas de Gestão de Combustíveis executada	%	Anual	ICNF	Quantifica o contributo para a estrutura de resiliência ao fogo.
Percentagem das Faixas de Gestão de Combustíveis em torno dos aglomerados populacionais executada	%	Anual	Município	Quantifica o contributo para a estrutura de resiliência ao fogo.
Objetivo: Valorizar a aptidão dos solos e melhorar os serviços prestados pelos ecossistemas				
Indicador	Unidade	Periodicidade	Fonte	Racional/Notas
Percentagem da área proposta de vegetação ripícola intervencionada.*	%	Trienal	Relatórios de execução	Quantifica a beneficiação das galerias ripícolas, incluindo as áreas a reconverter para vegetação ripícola e as áreas de vegetação ripícola a valorizar.
Percentagem de área da Estrutura de Conectividade Ecológica intervencionada.	%	Trienal	Relatórios de execução	Quantifica o contributo desta componente da macroestrutura para a conectividade e a qualidade ecológica.
Percentagem executada da redução total prevista da área de florestas de espécies invasoras	%	Anual	Relatórios de execução	Formulação: Área de invasoras reconvertida desde o início das operações/área total de invasoras a reconverter*100
Taxa de concretização da matriz de transformação da paisagem*	%	Anual	Relatórios de execução	Quantifica em que medida a paisagem deste território vulnerável ao fogo foi reordenada e gerida no sentido da valorização da aptidão dos solos e na melhoria do desempenho dos ecossistemas.
Percentagem executada da área total de folhosas nativas a valorizar ou instalar	%	Anual	Relatórios de execução	Percentagem de área de sobreiro/azinheira/outras carvalhos/outras folhosas instalada ou valorizada, face à área total a instalar ou valorizar.

**RELATÓRIO SÍNTESE E PEÇAS GRÁFICAS DO  
PROGRAMA DE REORDENAMENTO E GESTÃO DA PAISAGEM DAS SERRAS DA  
LOUSÃ E DO AÇOR**

Área de mosaicos agrícolas revitalizados*	ha	Trienal	Relatórios de execução	Quantifica em que medida foram concretizadas as ações de promoção do habitat do lince ibérico e do corço.
<b>Objetivo: Aumentar o valor do território e dinamizar a economia</b>				
Indicador	Métrica	Periodicidade	Fonte	Racional/Notas
População residente (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013) e Grupo etário	Nº	Anual	INE	Caracteriza o capital humano da área de intervenção.
Taxa de crescimento efetivo da população	%	Decenal	INE	Contribui para determinar a atratividade do território.
Rendimento bruto declarado por habitante por Localização geográfica (NUTS - 2013)	€	Anual	INE	Disponível por município.
Novas explorações agrícolas instaladas (n.º)*	Nº	Decenal	INE	Contribui para determinar a dinâmica e atratividade do território.
Valor Acrescentado Bruto (VAB) das empresas dos setores da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca por município	€	Anual	INE	Disponível por município.
Área de floresta certificada	Ha	Trienal	ICNF; DRAP	Contribui para avaliar a área de gestão ativa da floresta.
Área emparcelada*	%	Decenal	Relatórios de execução	Quantifica, face à situação de referência, o contributo para a gestão agrupada e alinhamento com princípios da economia circular.